



Indústria cresce 0,7% em abril, quarto mês seguido de avanço

Superávit comercial cresce 10,8% em maio puxado por soja e cobre

Página 4

Febraban rebate críticas dos EUA ao Pix e nega barreira à concorrência

Página 3

Prefeitura de São Paulo retoma transferências de Alvarás de Táxis

A Prefeitura de São Paulo vai retomar as transferências de Alvarás de Estacionamento de Táxis, que estavam suspensas, por decisão judicial, desde abril de 2025. Portaria da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) publicada na quarta-feira (3) em edição extraordinária do Diário Oficial da Cidade restabelece a transferência e regulamenta as regras para a sua realização.

A Portaria foi editada depois de estudos e pareceres técnicos e jurídicos para atendimento à Lei Federal 15.271, de novembro do ano passado, que restabeleceu a possibilidade de transferências de Alvarás de Estacionamento. A medida, determinada pelo prefeito Ricardo Nunes, atende a reivindicações dos taxistas da cidade de São Paulo. A Portaria determina que a transferência está condicionada à manutenção das características originais determinadas na emissão do Alvará inicial, entre outras exigências.

Principais regras:

A transferência pode ser feita para terceiro ou sucessor legítimo em caso do falecimento do titular, em ambos os casos respeitados os requisitos de emissão do alvará;

O futuro titular deverá possuir CONDUTAX ativo e veicular com modelo homologado pelo Departamento de Transportes Públicos (DTP) para a categoria de táxi do Alvará pretendido; CNH com anotação que exerce atividade remunerada (EAR). Além disso, é preciso comprovar as exigências da emissão do alvará inicial - assim, por exemplo, se o Alvará foi emitido para PCD ou para o sexo feminino, o futuro titular precisará atender a essa exigência;

Em caso de morte do titular, a transferência deverá ser solicitada pelo inventariante ou pelo sucessor no prazo de um ano, contado a partir do óbito. Enquanto não for definida a partilha dos bens, o inventariante poderá indicar o responsável temporário pelos direitos do Alvará, que poderá figurar como motorista ou preposto.

O ponto de estacionamento será transferido com o Alvará de Estacionamento, desde que esteja há pelo menos dois anos vinculado ao Alvará, o titular esteja ativo e em situação regular e o motorista não tenha sido excluído do ponto.

A solicitação de transferência de Alvará terá que ser apresentada ao DTP, que definirá as regras sobre a apresentação de documentos e demais procedimentos necessários. (Prefeitura de SP)

Rodízio de veículos em SP será suspenso no feriado de Corpus Christi



O rodízio de veículos na cidade de São Paulo estará suspenso nesta quinta-feira (4) e sexta-feira (5) devido ao feriado de Corpus Christi.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) prevê uma redução na circulação de automóveis durante o feriado prolongado.

Durante o Corpus Christi, também deixam de vigorar o Rodízio de Veículos Pesados, Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões (ZMRC) e Zona de Máxima Restrição aos Fretados (ZMRF).

Haverá ainda a liberação das faixas exclusivas de ônibus. A Zona Azul, o estacionamento rotativo pago, funcionará conforme a sinalização do local. (Agência Brasil)

A produção industrial brasileira teve alta de 0,7% em abril de 2026 frente a março de 2026, na série com ajuste sazonal, quarto mês seguido de aumento, acumulando 4,4% de avanço neste período.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quarta-feira (3), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a indústria está 4,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas registra 12,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

A indústria brasileira acumula crescimento de 1,7% nos quatro primeiros meses de 2026 frente ao mesmo período do ano anterior.

Na passagem de março para abril de 2026, duas das quatro grandes categorias econômicas e 14 dos 25 ramos industriais pesquisados avançaram na produção. As influências mais significativas vieram dos segmentos de indústrias extrativas (3,1%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,1%), ambas crescendo pelo quinto mês consecutivo.

Página 3

Governo Federal amplia acesso ao Plano Brasil Soberano

Página 5

Infraero e Inframérica estimam 400 mil passageiros no Corpus Christi

Aeroportos administrados pelas empresas Infraero e Inframérica projetam uma movimentação total de quase 400 mil passageiros durante o feriado pro-

longado de Corpus Christi.

A concessionária Inframérica prevê que o Aeroporto de Brasília receba cerca de 272 mil passageiros entre os dias 3 e 8 de junho. Página 6

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,07
Venda: 5,07

Turismo
Compra: 5,08
Venda: 5,26

EURO

Compra: 5,88
Venda: 5,89

Esporte

Brasil é campeão ibero-americano com três ouros de Ana Azevedo e pódio com recorde de Vitória Sena

O Brasil conquistou o título do Campeonato Ibero-Americano de Lima (Peru), encerrado no domingo (31/5). Na campanha vitoriosa do país, destaca-se para a velocista Ana Carolina Azevedo (Pinheiros-SP), que conquistou três ouros - nos 100 metros, 200 metros e 4x100 metros misto - e para a barreirista Vitória Sena (Praia Clube-CEMIG-Exército-Futemig), que foi campeã dos 100 metros com barreiras e bateu novamente o recorde brasileiro da prova.

Vitória conquistou seu primeiro título ibero-americano com o tempo de 12,68, mas com vento acima do permitido (3,5 m/s). Ainda assim, Vitória deixou a competição com seu recorde brasileiro da prova renovado: na semifinal, realizada no sábado (30/5), ela fez os mesmos 12,68, mas com vento regular (1.1). Melhorou, portanto, a marca anterior em um

centésimo e ainda se tomou recordista ibero-americana da prova.

A paulistana de 28 anos, treinada por Katsuhiko Nakaya, bateu o recorde brasileiro dos 100 m com barreiras pela primeira vez em 25 de abril. Fez 12,69 (2,0) no Troféu Ademar Ferreira da Silva, superando a marca anterior, que tinha 25 anos e era da campeã olímpica Maurren Maggi, de 12,71 (0.1), estabelecida em 2001.

No último dos três dias de competição em Lima, o Brasil conquistou mais 14 medalhas: cinco ouros, quatro pratas e cinco bronzes. No total, foram 36 medalhas brasileiras no Peru (14 ouros, 14 pratas e oito bronzes), garantindo ao Atletismo Brasil mais um título do Campeonato Ibero-Americano. O Brasil foi campeão geral e nos dois naipes, nas disputas entre as mulheres e os homens.

A velocista Ana Carolina Azevedo (Pinheiros-SP) foi a maior campeã da delegação brasileira,

com três ouros. A velocista de 28 anos foi premiada com o melhor índice técnico feminino da competição. Neste domingo, Ana garantiu a vitória nos 200 metros com a marca de 22,50, mas com vento acima do permitido (3,4).

"O vento não foi válido mas eu estou correndo para isso. Acredito no trabalho do meu técnico, Katsuhiko Nakaya. A cada treino que eu faço sei que posso correr abaixo do recorde sul-americano. Meu objetivo é bater os records, o Nakaya é um dos melhores técnicos do mundo, vamos trabalhar para isso", disse Ana Carolina. O recorde sul-americano dos 100 metros é 10,91, estabelecido por Rosângela Santos em 2017. Já a marca continental dos 200 m é 22,47, de Vitória Rosa, de 2022.

Nas sexta-feira, no primeiro dia do Ibero-Americano, Ana venceu os 100 metros com recorde pessoal e do campeonato: 11,08 (0,7). No dia seguinte, a velocista ajudo



Foto: Sebastian Lasquez
Vitória Sena, ouro e recorde brasileiro

ou do Brasil a vencer a primeira disputa dos 4x100 metros misto, prova que fará sua estreia olímpica em Los Angeles-2028. O time brasileiro, formado também por Erik Cardoso, Gabriela Mourão e Jorge Vides, fez o tempo de 40,99, recorde brasileiro e sul-americano, segundo a Federação Sul-Americana de Atletismo (a marca ainda

aguarda homologação).

Neste domingo, o Brasil teve Andressa Moraes (Pinheiros-SP) pela terceira vez como campeã ibero-americana no lançamento do disco. A paraibana de 35 anos venceu com 57,45 metros, e o título em Lima se somou aos ouros de Barquimeto-2012 e Trujillo-2018. No total, Andressa tem seis pódios na competição, com uma prata e dois bronzes.

No lançamento do dardo, Pedro Henrique Nunes (Pinheiros-SP) voltou a lançar acima dos 80 metros, e conquistou o segundo título consecutivo do Ibero-Americano com a marca de 81,37 metros. No arremesso do peso, William Dourado (Praia Clube-CEMIG-Exército-Futemig) foi campeão do Ibero pela primeira vez, com o resultado de 20,07 metros. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Conjunto brasileiro juvenil empolga o público no Rio com mais dois ouros

A Seleção Brasileira de Conjunto Juvenil deu continuidade, na terça-feira, a sua excelente campanha no Pan-Americano Júnior. Depois de ser campeão no geral na véspera, o grupo comandado pela treinadora Gabrielle Moraes foi campeão nas finais das séries de 5 bolas e de 5 fitas.

Nas 5 bolas, as brasileiras executaram com categoria a série inspirada no cancan, a dança francesa que se

popularizou na década de 1840, associada a cabarês parisienses de renome, como o Moulin Rouge. Maria Luísa Albuquerque, Leona Thaise, Melissa Varejão, Isabella Tenório e a capitã Leticia Rosa obtiveram a nota 23.650. Vale notar que, na fase classificatória, a nota havia sido 21.500, o que mostra a capacidade de evolução do grupo.

Depois, as brasileiras se apresentaram nas cinco fitas, no ritmo de um mix que inclui

"Rito Tupinambá", do Boi-Bumbá Caprichoso e "Eu vou tomar um Tacacá", sucesso de Joelma. A nota foi 20.250, suficiente para encerrar com chave de ouro a participação do conjunto da categoria na Arena Carioca 1.

Gabrielle falou a respeito do sentimento do público no encerramento da campanha histórica do conjunto brasileiro. "O Brasil se consagrou como campeão absoluto do Pan. Estamos todas muito felizes. Tenho mui-

to orgulho de todas as meninas, não apenas das cinco titulares, mas de todas as ginastas que compõem o grupo, porque fazem parte desta história. Cumprimos com todos os nossos objetivos, que era conseguir mostrar as nossas coreografias e dar o melhor dentro de quadra. Na verdade, as medalhas são consequência".

Nas disputas individuais do Pan Júnior de GR, Beatriz Vieira, Linda Petersen e Amanda Manente asseguraram quatro

medalhas de bronze.

Beatriz medalhou no arco, conseguindo o terceiro lugar (24.750). As duas primeiras colocações ficaram com as norte-americanas Anna Filipip (25.300) e Izabella Oleynik (24.800). Depois, Beatriz repetiu a dose na fita (23.550).

Linda Petersen fez uma série de alta qualidade técnica na bola, e ficou em terceiro lugar (23.600). Já Amanda Manente também conseguiu bronze, nas maças (23.950).

Governo abre seleção para contratar 2 mil novos soldados da PM

O Governo de São Paulo publicou na quarta-feira (3) o edital para o concurso que prevê a contratação de 2 mil soldados da Polícia Militar. As inscrições começam no dia 15 de junho e vão até 21 de agosto. O salário inicial para o cargo é de R\$ 5.482,51. A iniciativa faz parte do programa de fortalecimento das forças de segurança e da recomposição do efetivo policial em todo o estado, com a meta de viabilizar 26 mil novos policiais na gestão.

Desde de janeiro de 2023, 16.279 policiais civis e militares concluíram a formação e já estão atuando nas ruas em todo o estado. Outros 2.220 profissionais seguem em formação. Entre eles, há, na Polícia Militar, 1.185 sol-

dados e 561 alunos-oficiais. Na Polícia Civil, são 474 delegados. Com o edital lançado hoje, já são 5.691 vagas de concurso em andamento, considerando os editais atualmente abertos nas forças de segurança. Há ainda outras 2.397 vagas já autorizadas.

Inscrições para o concurso da PM

As inscrições para o concurso começam no próximo dia 15 de junho e seguem até 21 de agosto. Os interessados deverão se inscrever pelo site da Fundação Vunesp, organizadora do concurso.

"Estamos ampliando continuamente os investimentos na segurança pública, com a contrata-



Inscrições para concurso de soldado da PM de São Paulo começam dia 15 de junho

ção e formação de novos policiais para reforçar o efetivo em todas as regiões do estado. Esse é mais um passo importante para garantir um atendimento cada vez mais eficiente à população e fortalecer o combate à criminalidade", afirmou o secretário da Segurança Pública do Estado, Osvaldo Nico Gonçalves.

Para participar do concurso, os candidatos devem atender aos requisitos previstos no edital, entre eles ter entre 17 e 30 anos de idade e cumprir os critérios mínimos de altura, de 1,55 metro para mulheres e 1,60 metro para homens. O salário inicial para o cargo é de R\$ 5.482,51. Além disso, para a posse, é preciso estar em dia com obrigações eleitorais e militares.

As provas poderão ser realizadas em 51 municípios, sendo 37 cidades paulistas e outras 14 localizadas em diferentes regiões do país. O processo seletivo contará com cinco etapas: prova de conhecimentos, exame de aptidão física, avaliação psicológica, investigação social e análise documental.

Os candidatos deverão acompanhar as publicações oficiais sobre o concurso no Diário Oficial do Estado e no portal da banca organizadora. O edital completo estará disponível na seção de Concursos Públicos do caderno Executivo do Diário Oficial.

Além das vagas para soldados, o Governo de São Paulo também mantém concurso em andamento para o preenchimento de 200 vagas de alunos-oficiais da Polícia Militar. As inscrições seguem abertas até 15 de julho.

Os aprovados ingressarão no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, na capital, com duração de quatro anos e remuneração inicial de R\$ 5.460,65 para o cargo de cadete da PM.

O reforço do efetivo policial contribui diretamente para os resultados alcançados pelas forças de segurança no combate à criminalidade. Entre janeiro e abril deste ano, os roubos de veículos caíram 34,6% em todo o estado, com 5,8 mil ocorrências registradas. Os roubos em geral também apresentaram redução de 17,9%, totalizando 48,5 mil casos e atingindo a menor marca para o quadriestrate desde 2001.

No mesmo período, São Paulo registrou a menor quantidade de homicídios dolosos da série histórica para os primeiros quatro meses do ano, com queda de 3,7% e 807 ocorrências.

As ações policiais também resultaram na apreensão de 4,1 mil armas de fogo e de 50,9 toneladas de drogas. Além disso, 73,8 mil infratores foram presos ou apreendidos em todo o estado entre janeiro e abril. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Veredores(as) com participações na Marcha pra Jesus SP estão ligados nas candidaturas cristãs pra ALESP, Câmara Deputados(as) e Senado, além de governo SP e Presidência 2026

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito e cristão Ricardo Nunes está ligado na eleição da esposa Regina Nunes, candidata pra ALESP e na reeleição 2026 do governador SP Tarcísio Freitas e de quem ele apoiar à Presidência

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados(as) com participações na Marcha pra Jesus SP estão empenhados com candidaturas 2026 de cristãos pra ALESP, Câmara Deputados(as) e Senado, além do governo SP e Presidência

GOVERNO (São Paulo)

Governador e cristão Tarcísio Freitas está empenhado na reeleição 2026 e em candidaturas cristãs pra ALESP, Câmara Deputados(as) e Senado, além de candidatura às direitas pra Presidência

CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) e senadores(as) com participações na Marcha pra Jesus SP estão empenhados com as candidaturas [releições] 2026, além de senadores, ao governo (Estado SP) e à Presidência

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula e Alckmin já estavam de olho nas participações de deputados cristãos na ALESP, Câmara Deputados(as) e senadores/a, pra aumentar sua votação 2026 no Estado SP 2026

PARTIDOS (Brasil)

Dirigentes das legendas com participações na Marcha pra Jesus SP estão ligados nas suas eleições ou reeleições, seja na ALESP, Câmara Deputados(as) ou Senado e Presidência 2026

JUSTIÇAS (Brasil)

Profissionais nas carreiras jurídicas com participações na Marcha pra Jesus SP estão ligados nas eleições e reeleições de cristãos que os(as) defendem nos Legislativos e nos Executivos

ANO 34

Na imprensa [Brasil] desde 1993, o jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna [diária] de política. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequis; e, se alguém pecar, tem um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o Justo" 1 João 2,1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP recebe inscrições de universitários das áreas de tecnologia para atuar em escolas estaduais

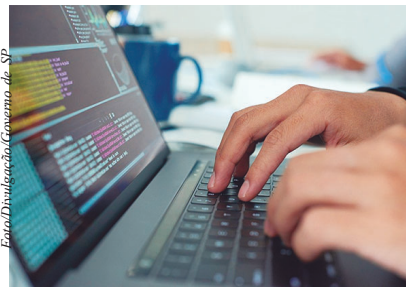
Estão abertas as inscrições para estagiários do Programa de Apoio à Tecnologia da Informação (Proati). Podem concorrer às vagas estudantes universitários matriculados em cursos da área de tecnologia. Os selecionados vão atuar em escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Secuc-SP) e nas sedes das unidades regionais de ensino. Para o segundo semestre deste ano, foram reservadas 10 mil oportunidades de emprego, distribuídas em todos os municípios paulistas.

Há vagas para alunos de graduação em engenharia da computação, ciência da computação, engenharia de sistemas, engenharia de software, análise e desenvolvimento de sistemas, sistemas da informação, tecnologia em redes de computadores e tecnologia da informação.

A carga horária máxima é de 30 horas semanais com remuneração mensal total de até R\$ 1.638,29, incluindo auxílio transporte e alimentação.

Para a inscrição no processo seletivo, o candidato deve acessar o site do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>. Na aba "filtre sua pesquisa", clique em "status do processo" e selecione o link "inscrições abertas". O próximo passo é a prova-online, disponível no mesmo endereço. O prazo final para realização da prova é dia 15 de junho.

Os estagiários do programa Proati têm como principal tarefa apoiar as rotinas de estudantes e professores de natureza tecnológica nas escolas, sem caráter pedagógico ou de atividade docente. (Governo de SP)



Há vagas para alunos de graduação em engenharia da computação, ciência da computação, engenharia de sistemas, engenharia de software, análise e desenvolvimento de sistemas, sistemas da informação, tecnologia em redes de computadores e tecnologia da informação

Tarifa Social Paulista: número de beneficiários chega a crescer mais de 10 vezes em cidades de SP

A realidade de cidades do estado de São Paulo, especialmente as pequenas e médias, mudou com o recorde atingido pelo programa Tarifa Social Paulista, que dobrou de alcance e atende atualmente 6 milhões de pessoas com descontos de até 78% na conta de água.

Em 143 das 371 cidades atendidas pela Sabesp (38% do total), o número de beneficiários quintuplicou ou mais após a desestatização da companhia, em 2024. Veja no mapa abaixo o quanto aumentou o alcance do programa em cada município atendido pela Sabesp.

Em Lupércio, na região de Marília, com pouco mais de 4 mil habitantes, o número saltou de cerca de 30 para 900 pessoas — 30 vezes mais. Paulo de Faria, Rubinéia e Meridiano, todas com menos de 8 mil moradores, multiplicaram por quase 30. Adamantina e Presidente Epitácio, no Oeste paulista, aumentaram o alcance do programa por 15 vezes.

Em municípios médios e grandes, os saltos também foram expressivos. Guarujá, na Baixada Santista, com 295 mil habitantes, saiu de 6,6 mil para 69 mil pessoas (dez vezes a mais). Também na Baixada, Praia Grande sextuplicou, de 6,2 mil para 40 mil pessoas.

Em Caraguatatuba, no Litoral Norte, o número quintuplicou. Presidente Prudente, no Oeste paulista, Jandira, na Grande São Paulo, e Itapetinga, no interior, também multiplicaram por mais de 5 vezes. Diadema, no ABC, triplicou. São José dos Campos, maior cidade do Vale do Paraíba, com 725 mil habitantes, teve o alcance duplicado.

A maior expansão proporcional aconteceu no Vale do Ribeira, na região administrativa de Registro. Todas as 14 cidades atendidas pela Sabesp na região tiveram crescimento. Em Cananéia, a quantidade de pessoas com desconto multiplicou por 10. Em Ilha Comprida, mais de 1 em cada 3 moradores têm desconto na conta de água — 5 mil pessoas atendidas em uma cidade de



14 mil habitantes. Registro, maior cidade da região, sextuplicou o número de beneficiários.

Em São Paulo, capital paulista e maior cidade do país, o programa atende 1 a cada 5 moradores e chegou a 2,61 milhões de beneficiários. Guarulhos, a segunda maior cidade do estado, mais que duplicou e tem 259 mil pessoas com desconto.

A ampliação é resultado do novo contrato após a desestatização da Sabesp, em 2024, que ampliou e facilitou a inclusão no benefício.

Como acessar a Tarifa Social Paulista

O acesso ao benefício considera informações cadastrais das famílias elegíveis. A orientação é que os moradores mantenham os dados atualizados nos cadastros sociais para permitir a identificação de quem tem direito ao desconto.

O programa tem três faixas:

A categoria Vulnerável oferece 78% de desconto para famílias com renda per capita de até um quarto do salário mínimo. A Social I prevê 72% para famílias com renda de até meio salário mínimo, desempregados e beneficiários do BPC; e a Social II concede 50% para moradores de núcleos urbanos informais passíveis de regularização.

A adesão é automática para quem tem o CadÚnico atualizado nas duas primeiras faixas. Na faixa social 2, não é necessário o cadas-

tro do CadÚnico. Não é preciso enviar documentos à Sabesp. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) também são incluídos automaticamente.

Desempregados podem solicitar o benefício pelo Sabesp Fácil, com validade de até 12 meses mediante comprovação mensal. Para moradores de habitações coletivas, a solicitação também é feita pelo Sabesp Fácil, com envio de documentos comprobatórios. É importante que a conta de água esteja no nome da pessoa cadastrada ou de um familiar que conste no mesmo cadastro. Mais informações em tarifasocialpaulista.sp.gov.br.

A Sabesp também realiza ações de atendimento e orientação para ampliar o conhecimento da população sobre a Tarifa Social Paulista e facilitar a inclusão de novos beneficiários.

Com a expansão, o programa consolida-se como uma das principais políticas sociais ligadas ao saneamento em São Paulo, ao combinar desconto direto na conta de água com ampliação do acesso aos serviços essenciais.

O Estado de São Paulo recebeu em 2025 o maior investimento da história para ampliar o acesso da população à água e esgoto tratado. Foram R\$ 15,2 bilhões aplicados pela Sabesp, valor 120% superior aos R\$ 6,9 bilhões do ano anterior. O crescimento foi possível após a desestatização da empresa, realizada em julho de 2024 pelo Governo de São

Paulo. O principal objetivo era acelerar a universalização do saneamento básico no estado, prevista para ocorrer em 2029.

O Plano Regional de Saneamento Básico prevê investimentos de R\$ 260 bilhões até 2060, dos quais R\$ 70 bilhões serão aplicados até 2029 para levar água potável, tratamento e coleta de esgoto para toda a população paulista.

O Governo de São Paulo passou a acompanhar os avanços das obras da Sabesp neste trimestre por meio do Na Rota da Água. A iniciativa dá mais visibilidade às obras de segurança hídrica, reforço de abastecimento e universalização do saneamento nas cidades atendidas pela companhia.

Lançado em fevereiro deste ano, Na Rota da Água prevê uma série de entregas e visitas técnicas a mais de 1.100 frentes de obras em andamento nos municípios contemplados pelo novo contrato da Sabesp.

Entre as entregas já realizadas, estão obras de saneamento em Itapeira da Serra, Embu das Artes e Embu-Guaçu. Além disso, há duas novas Estações de Tratamento de Esgoto em Caiçaras e Franco da Rocha e um Sistema de Expansão de Esgotamento Sanitário que também contempla Francisco Morato, na Grande São Paulo.

As intervenções receberam R\$ 168 milhões em investimentos e devem beneficiar 46,2 mil famílias, o equivalente a cerca de 127 mil pessoas, com ampliação do tratamento de esgoto e redução da poluição em rios e córregos da região.

Outro destaque é o Programa Integra Tietê, que teve a contratação da expansão do retófito da Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri, ao custo de R\$ 5,7 bilhões. A conclusão do projeto está prevista para o fim de 2029. A obra permitirá ampliar em 40,6% a capacidade de tratamento de esgoto da estação e beneficiar 4 milhões de pessoas com acesso ao serviço. (Governo de SP)

Indústria cresce 0,7% em abril, quarto mês seguido de avanço

A produção industrial brasileira teve alta de 0,7% em abril de 2026 frente a março de 2026, na série com ajuste sazonal, quarto mês seguido de aumento, acumulando 4,4% de avanço neste período.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quarta-feira (3), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a indústria está 4,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas registra 12,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

A indústria brasileira acumula crescimento de 1,7% nos quatro primeiros meses de 2026 frente ao mesmo período do ano anterior.

Na passagem de março para abril de 2026, duas das quatro grandes categorias econômicas



Foto: EBC

e 14 dos 25 ramos industriais pesquisados avançaram na produção. As influências mais significativas vieram dos segmentos de indústrias extrativas (3,1%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,1%), ambas crescendo pelo quinto

mês consecutivo.

“Nestas atividades, as pressões positivas mais relevantes vieram de óleos brutos de petróleo, gás natural e minério de ferro, no caso do setor extrativo, e de álcool etílico e dos derivados do petróleo, especialmente o óleo

diesel, para a atividade dos derivados do petróleo e biocombustíveis”, explicou o gerente da PIM, André Macaco.

Segundo o IBGE, outras contribuições positivas sobre o total da indústria vieram de produtos de borracha e de material plástico (3,1%), produtos de madeira (8,5%), produtos têxteis (4,1%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,2%).

Por outro lado, entre as 11 atividades que recuaram na produção, produtos químicos (-3,9%) exerceu a principal influência no mês. “Destaca-se também os impactos negativos dos setores de produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-6,0%), máquinas e equipamentos (-2,9%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,7%) e metalurgia (-1,0%)”, diz o IBGE. (Agência Brasil)

EUA propõem mais uma tarifa contra Brasil depois de investigação sobre trabalho forçado

Após a conclusão da investigação da seção 301 que prevê um novo tarifaço de 25% sobre produtos brasileiros, o USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos) divulgou na madrugada da quarta-feira (3) uma nova análise que também inclui o Brasil. Trata-se do caso investigado sobre o suposto uso de trabalho forçado por 59 países e a União Europeia.

A tarifa aplicada nesse caso será de 12,5%. Não está claro se as penalidades seriam somadas. A proposta será submetida a consulta pública. Interessados poderão solicitar participação nas audiências até 22 de junho e enviar contribuições por escrito até 6 de julho.

As audiências estão marcadas para 7 de julho. A decisão sobre aplicação ou não das tarifas cabe ao presidente dos EUA, Donald Trump.

Segundo o relatório, embora o Brasil afirme proibir importações produzidas com trabalho forçado por meio da implementação de compromissos assumidos em acordos de investimento e de livre comércio, “essas disposições não vedam legalmente a importação, para comercialização no mercado doméstico, de produtos fabricados total ou parcialmente com trabalho forçado em outros países”.

Assim, o USTR indica que a conduta do Brasil em relação ao trabalho forçado é injustificável e impõe obstáculos ou restrições ao comércio dos EUA.

Pela decisão desta quarta, o Brasil está na categoria dos países que, segundo o USTR, não proíbem a importação de produtos feitos com trabalho forçado e também não fiscalizam efetivamente esse tipo de importação. Nesta categoria, estão outros 53 países.

Já outras seis economias, como Canadá, União Europeia, Equador, México, Paquistão e Indonésia, estão em uma categoria diferente. Segundo o escritório, eles já possuem algum tipo de proibição ou mecanismo legal contra a importação de produtos produzidos com trabalho forçado, mas não fazem a fiscalização de forma eficaz. O problema, nesse caso, seria a implementação, não a ausência de legislação. Para estes países, eles devem ser taxados em 10%.

Segundo Jamieson Greer, representante dos EUA para o comércio, “a falha de nossos parceiros comerciais em lidar com a importação de bens feitos com trabalho forçado é inaceitável”. “Isso força os trabalhadores americanos a competir em um campo desigual. Não toleraremos mais essa disparidade.”

O caso para investigar o suposto uso de trabalho forçado foi aberto logo após o uso da IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional), que foi usada pelo governo Trump para taxar dezenas de países, ser considerada ilegal pela Suprema Corte dos EUA, em março.

Como reação à determinação judicial, o republicano impôs uma tarifa global de 10%, que expira no final de julho e o Brasil entrou na mira de outra ação

do USTR, iniciada neste ano, para analisar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando no mercado americano.

Na abertura deste processo, Greer afirmou que “por muito tempo, trabalhadores e empresas americanos foram obrigados a competir com produtores estrangeiros que podem ter uma vantagem de custo artificial obtida pelo flagelo do trabalho forçado”.

Normalmente, as investigações sob a seção 301 têm duração de um ano. Porém, os EUA já tinham sinalizado que gostariam que este processo fosse rápido.

Greer sinalizou, em março, que as conclusões aconteceriam “em meses” e poderiam apontar para a necessidade de acordos bilaterais. “Se os países não quiserem negociar, poderemos impor novas tarifas ou multas”, afirmou.

O Brasil respondeu contra a abertura do processo. No documento, assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o governo afirmou que eventuais sanções unilaterais seriam desproporcionais e injustas contra um país que considera referência global no combate ao trabalho escravo.

“Esta investigação da Seção 301, e quaisquer ações dos Estados Unidos que possam dela resultar, ameaçam minar o progresso alcançado por tais iniciativas brasileiras e, portanto, comprometer os objetivos do USTR ao iniciar esta investigação”, disse o texto.

O governo também sustentou que a Seção 301 é um instrumento unilateral incompatível com as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), que deveria ser o foro adequado para a solução de controvérsias comerciais.

Vieira afirmou ainda que o Brasil possui um sistema jurídico robusto que vai além das normas internacionais. O Código Penal brasileiro faz uso do conceito de “condição análoga à de escravo”, que é mais amplo do que a definição de trabalho forçado da OIT (Organização Internacional do Trabalho), incluindo condições degradantes, jornadas exaustivas e restrição de locomoção.

Entre os instrumentos citados está a chamada lista suja do trabalho escravo, que impõe restrições reputacionais e financeiras a empresas flagradas em irregularidades, além da exclusão de infratores de licitações públicas.

O ministro apresentou ainda dados de 2025, com a realização de 1.594 inspeções que resultaram no resgate de 2.772 trabalhadores, argumentando que altos números de detecção são sinais de um sistema de fiscalização proativo e não de uma alta incidência do problema.

O Brasil também alega que suas políticas não prejudicam o comércio americano e que o país não representa risco relevante como destino de produtos barrados pelos Estados Unidos por questões trabalhistas. (Folhapress)

Bancos não terão atendimento presencial no feriado de Corpus Christi

As agências bancárias estarão fechadas na quinta-feira (4), feriado de Corpus Christi, informou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O atendimento presencial ao público será normalizado na sexta-feira (5) nas localidades onde não haja feriado estadual ou municipal ou ponto facultativo.

De acordo com a Febraban, algumas salas de atendimento poderão estar disponíveis em al-

gumas localidades, mas isso será definido a critério de cada instituição bancária.

As compensações bancárias não serão efetivadas durante o dia 4. Já o PIX continuará funcionando 24 horas por dia, inclusive nos feriados.

“Boletos de cobrança e contas de consumo (água, energia, telefone, entre outros) com vencimento em 4 de junho poderão ser pagos, sem acréscimo, no dia

útil seguinte (5), nas localidades onde não há feriado ou ponto facultativo. O sábado não é considerado dia útil e, por essa razão, não há liquidação financeira”, informou a Febraban.

A federação alerta que, no caso de tributos e impostos que vençam nos dias em que não há compensação bancária, é necessário que o pagamento seja antecipado, para evitar a incidência de juros e multa.

A Febraban esclarece que a suspensão do atendimento presencial não impede o acesso dos clientes aos serviços bancários por meio dos canais digitais e das áreas de autoatendimento oferecidas pelas instituições.

Boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos podem ser pagos via Débito Direto Autorizado. (Agência Brasil)

Febraban rebate críticas dos EUA ao Pix e nega barreira à concorrência

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) defendeu o Pix após o sistema de pagamentos instantâneos ser alvo de críticas do governo dos Estados Unidos. Em nota, a entidade afirmou que as conclusões do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) foram baseadas em informações incompletas sobre os objetivos e o funcionamento da plataforma.

A manifestação ocorre após a divulgação dos resultados de uma investigação comercial conduzida pelo órgão americano, que aponta o Pix como um dos fatores que poderiam dificultar a concorrência de empresas dos EUA no mercado brasileiro.

A Febraban ressaltou que o Pix não tem fins comerciais e opera como uma infraestrutura de pagamentos criada para ampliar a competição entre instituições

financeiras e aumentar a eficiência do sistema financeiro.

“O Pix é uma infraestrutura de pagamento, e não um produto comercial, que favorece a competição e o bom funcionamento do sistema de pagamentos”, destacou a entidade.

Sistema aberto

A federação também rebateu a alegação de que o Pix seja discriminatório. De acordo com a entidade, não existem barreiras para a entrada de novos participantes, independentemente do porte ou segmento de atuação.

“A única exigência é que as empresas operem no mercado nacional, já que o sistema realiza transações em reais e foi desenvolvido para atender ao ambiente financeiro brasileiro.”

A Febraban ressaltou ainda que o Pix funciona como uma plataforma aberta, disponível

para todos os residentes do país, incluindo brasileiros e estrangeiros, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

Outro ponto destacado é que as transações são gratuitas entre pessoas físicas. No caso de empresas, podem existir cobranças, mas sem distinção entre companhias brasileiras e estrangeiras.

Impacto econômico

A entidade argumenta que o Pix tem contribuído para a inclusão financeira ao reduzir custos e ampliar o acesso aos meios digitais de pagamento.

Segundo a federação, o sistema também trouxe ganhos de eficiência para empresas, facilitando processos de cobrança e recebimento, especialmente em operações de menor valor.

Tarifa em discussão

A Febraban afirmou ter espec-

taiva de que as contribuições do Banco Central, das instituições financeiras brasileiras e de bancos americanos ajudem a esclarecer os pontos levantados pelo USTR durante o período de consulta pública.

A discussão ocorre no momento em que o órgão americano propôs uma tarifa adicional de 25% sobre exportações brasileiras a partir de 15 de julho. A medida integra uma investigação sobre supostas práticas comerciais consideradas desleais pelos Estados Unidos.

Na minuta divulgada pelo governo americano, o Pix é citado diversas vezes como um instrumento que poderia limitar a atuação de empresas estrangeiras no setor de pagamentos digitais. A avaliação, porém, é contestada pelo sistema financeiro brasileiro. (Agência Brasil)

Agro reage a críticas dos EUA e tenta evitar inclusão em tarifaço

Representantes do agronegócio e da indústria de biocombustíveis reagiram às conclusões da investigação comercial conduzida pelos Estados Unidos contra o Brasil e defenderam negociações para evitar impactos sobre as exportações brasileiras.

Entidades ligadas ao setor sucroenergético contestam as críticas americanas ao acesso do etanol dos EUA ao mercado brasileiro. E exportadores de pesca pedem que seus produtos fiquem de fora de eventuais medidas tarifárias.

Na terça-feira (2), o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) concluiu a investigação aberta contra o Brasil em 2025 e propôs a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros importados pelos EUA, com exceções ainda em discussão.

A decisão final deve ser tomada pelo presidente Donald Trump até 15 de julho, após consulta pública e audiência prevista para o início do próximo mês.

Entre os pontos questionados pelos americanos está o acesso do etanol produzido nos EUA ao mercado brasileiro. Em nota, a União (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia) e a Bioenergia Brasil afirmaram que a tarifa que o Brasil aplica ao etanol importado segue

a Tarifa Externa Comum do Mercosul e não constitui uma medida direcionada especificamente aos Estados Unidos.

As entidades também lembraram que os Estados Unidos mantêm barreiras históricas ao açúcar brasileiro. “Os Estados Unidos mantêm há décadas políticas de proteção ao açúcar, por meio de um sistema de tarifas proibitivas e cotas que limitam as exportações brasileiras”, afirmaram.

Segundo as associações, o volume autorizado representa menos de 1% das exportações totais brasileiras do produto.

Uma Unica e a Bioenergia Brasil afirmam ainda que o etanol brasileiro é reconhecido internacionalmente por sua baixa intensidade de carbono e por sua contribuição para a redução das emissões de gases de efeito estufa, sendo uma alternativa alinhada às metas globais de transição energética. As entidades defenderam que eventuais divergências comerciais sejam tratadas por meio de negociação diplomática entre os dois países.

Também em reação às discussões nos Estados Unidos, a Abipesc (Associação Brasileira das Indústrias de Pescados) pediu cautela antes da definição das medidas e defendeu que o governo brasileiro atue para excluir os pescados de uma eventual am-

pliação das tarifas.

“O pescado não figura entre os alvos da investigação da Seção 301. Por isso, esperamos que haja sensibilidade durante o processo de consulta pública e que prevaleça uma análise técnica”, afirmou o presidente da entidade, Eduardo Lobo.

Lobo também defendeu que o setor pesqueiro exportador seja incluído em medidas de apoio do governo federal caso novas barreiras comerciais sejam confirmadas pelos Estados Unidos.

A ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), que representa os setores de carne suína, aves e ovos, afirmou acompanhar com atenção a proposta apresentada pelas autoridades americanas.

Em nota, a entidade disse confiar na capacidade de diálogo entre os governos brasileiro e norte-americano para a construção de soluções que preservem a relação comercial entre os dois países.

A associação também procurou minimizar os riscos imediatos para os setores de carne suína e ovos. Segundo a entidade, embora os Estados Unidos sejam um mercado importante para esses produtos, não são determinantes para o equilíbrio das exportações brasileiras, já que a proteína animal nacional está presente em

mais de uma centena de mercados e possui competitividade internacional.

As manifestações ocorrem em meio à preocupação de diferentes setores econômicos com os desdobramentos da investigação americana. Além do etanol, o relatório do USTR cita temas como o sistema de pagamentos Pix, decisões judiciais envolvendo plataformas digitais, proteção à propriedade intelectual, combate à corrupção e desmatamento ilegal. O documento sustenta que essas práticas criariam obstáculos ou distorções para empresas americanas.

A proposta de tarifa adicional de 25% ainda passará por consulta pública antes da decisão final da Casa Branca. Até lá, representantes dos setores exportadores defendem que o governo brasileiro mantenha as negociações com Washington para evitar novos entraves ao comércio bilateral.

Apesar da preocupação de parte do setor exportador, uma lista ampla de produtos brasileiros já aparece entre as exceções discutidas pelos Estados Unidos.

Entre os itens que podem ficar fora da tarifa adicional estão café, carne bovina, suco de laranja, castanhas, celulose, combustíveis fósseis e componentes da indústria aeronáutica. (Folhapress)

Superávit comercial cresce 10,8% em maio puxado por soja e cobre

Internacional

Brasil vai buscar novos parceiros para diminuir impactos comerciais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira (3), que o Brasil vai continuar buscando outros parceiros de negócios para minimizar os impactos da política comercial adotada pelos Estados Unidos. Lula coordenou reunião ministerial, no Palácio do Planalto, que ocorre em meio ao anúncio de novas taxações estadunidenses a produtos brasileiros.

“Nós vamos procurar outros parceiros. Se ele não quer comprar, a gente vai vender para quem quiser comprar. Não vamos ficar reclamando. Se não quiser investir aqui, nós vamos procurar outro. O Brasil é dono do seu nariz. Isso aqui é um país democrático e soberano”, disse o presidente aos ministros de Estado.

“Nós resolvemos não adotar mais a política do vira-lata diante das grandes potências. Nós não somos melhores do que ninguém, mas não somos piores. Vamos respeitar todo mundo, mas queremos respeito”, acrescentou.

Na segunda-feira (1º), o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) sugeriu, entre outras ações, a taxa de 25% sobre parte das importações brasileiras ao país. O relatório do USTR é resultado de uma investigação iniciada há um ano no governo de Donald Trump contra supostas “práticas desleais” do Brasil no comércio com os EUA.

Entre outros temas, para justificar a medida, a instituição acusa o Pix de prejudicar “injustamente” empresas estadunidenses que prestam serviços de pagamento eletrônico, como operadoras de cartões de crédito, como MasterCard e Visa, e o Whatsapp Pay.

Lula afirmou que, agora, vai participar da reunião do G7 em junho na França, o que não estava nos planos. O evento reúne os líderes da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O Brasil vai como convidado do

anfitrião, o presidente francês, Emmanuel Macron.

“Eu nem ia no G7, agora eu vou. É preciso alguém tentar colocar ordem na casa e parar essa coisa de desmonte do multilateralismo, da democracia e desvalorização das instituições. Se a ONU não está funcionando hoje, não é destruindo a ONU que a gente vai consertar o mundo, é reconstruindo a ONU”, disse Lula, reafirmando sua defesa de fortalecimento das Nações Unidas e da reforma do seu Conselho de Segurança.

Negociação

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) a decisão tarifária dos Estados Unidos ameaça diretamente 21% do total das exportações brasileiras rumo ao mercado norte-americano.

O governo brasileiro e empresas prejudicadas poderão se manifestar sobre o relatório final da USTR até o dia 15 de julho, quando os EUA poderão passar a adotar “medidas corretivas” contra o Brasil.

Para Lula, a atitude dos estadunidenses é insensata já que havia uma negociação em curso entre os dois países. Ele lembrou que, em maio, acordou com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, um prazo de 30 dias para que se chegasse a um acordo sobre a questão comercial.

Os dois se reuniram na Casa Branca e, na ocasião, o presidente brasileiro entregou documentos que comprovavam a relação comercial favorável dos EUA com o Brasil. Segundo ele, nos últimos 15 anos, o superávit comercial dos Estados Unidos foi de US\$ 415 bilhões.

“Eu saí de lá convencido de que a gente estava estabelecendo uma nova lógica no relacionamento democrático e civilizatório entre Brasil e Estados Unidos. E confesso a vocês que fui pegado de surpresa ontem com a decisão deles”, disse Lula hoje. (Agência Brasil)

Setor de embalagens de papel registra recorde de vendas em abril

Dados da indústria de embalagens de papel indicam cenário favorável para setores como varejo, alimentos, agronegócio e e-commerce. Segundo a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), o setor comercializou 358.786 toneladas de embalagens, o maior volume já registrado para o mês de abril desde o início do indicador, em 2005.

Segundo o levantamento o número foi 5,5% superior ao resultado para o mesmo mês em 2025, com um total de 14.949 toneladas por dia. Em relação a março de 2026 o aumento foi de 2,9%. Segundo a associação, os dados são relativos ao aumento de aquisições por clientes que já atuam com esse tipo de embalagem.

A Empapel destacou que o levantamento, realizado em par-

ceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), costuma acompanhar altas na atividade industrial, pois o material “acompanha o desempenho de setores como produtos alimentícios, cosméticos, higiene, farmacêuticos, comércio eletrônico, entre outros, refletindo a movimentação da economia real”.

A atividade industrial se mantém estável, com ligeiro aumento em 2025, quando teve alta de 0,6%, pressionada pelos juros altos, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE. Em relação aos dados desse ano, o instituto indicou aumento de 1,3% na atividade industrial no primeiro trimestre e de 0,4% nos últimos doze meses, o que vai em direção semelhante aos apontamentos da Empapel. (Agência Brasil)

O aumento nas exportações de soja e de cobre fez o superávit da balança comercial crescer em maio, divulgado na quinta-feira (3) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 7,823 bilhões.

O resultado representa alta de 10,8% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o superávit ficou em US\$ 7,059 bilhões. Desde o início da série histórica, em 1989, o superávit é o quarto maior para o mês, só perdendo para maio de 2023 (US\$ 10,978 bilhões), de 2021 (US\$ 8,536 bilhões) e de 2024 (US\$ 8,302 bilhões).

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

Exportações: US\$ 31,904 bilhões, alta de 6,6% em relação a maio do ano passado; Importações: US\$ 24,081 bilhões, alta de 5,3% na mesma comparação.

Tanto no caso das exportações como das importações, os valores são o segundo maior para meses de maio desde o início da série histórica. Em relação às importações, só perde para o mesmo mês de 2023. Em relação às importações, para maio de 2022.

Acumulado

Nos cinco primeiros meses do ano, a balança comercial registra superávit de US\$ 32,662 bilhões, valor 34,2% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Além da recuperação das commodities (bens primários com cotação internacional), o crescimento

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) e a Bioenergia Brasil se pronunciaram sobre os questionamentos feitos pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) em relação ao acesso do etanol estadunidense ao mercado brasileiro.

Por meio de nota, as duas entidades reforçaram que a tarifa que é aplicada pelo Brasil ao etanol importado não é direcionada exclusivamente aos Estados Unidos, mas segue as regras determinadas pela Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Segundo as entidades, o governo dos Estados Unidos mantém, há décadas, políticas de proteção ao açúcar, que restringe o acesso do açúcar brasileiro ao mercado estadunidense.

“Cabe ainda ressaltar que os Estados Unidos mantêm há dé-

cade a importação de uma plataforma de petróleo em fevereiro de 2025, operação que não se repetiu em 2026.

A composição ficou a seguinte: Exportações: US\$ 148,571 bilhões, alta de 8,7% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado; Importações: US\$ 115,908 bilhões, alta de 3,2% na mesma comparação.

O superávit acumulado é o terceiro maior da série histórica, só perdendo para os cinco primeiros meses de 2024 (US\$ 35,227 bilhões) e de 2023 (US\$ 34,540 bilhões).

Setores

Na distribuição por setores da economia, as exportações em maio variaram da seguinte forma em relação ao mesmo mês do ano passado:

Agropecuária: +9,8%, com alta de 6,1% no volume e de 2,8% no preço médio; Indústria extrativa: -1,9%, puxada pelo petróleo, com queda de 26,6% no volume e crescimento de 33,8% no preço médio; Indústria de transformação: +9%, com alta de 1% no volume e de 7,4% no preço médio.

Produtos

Os principais produtos responsáveis pela alta das exportações em maio foram os seguintes:

Agropecuária: soja (+14,6%); algodão bruto (+45,3%); e milho moído, exceto milho doce (+267,2%); Indústria extrativa: óleos brutos de petróleo (-9,3%); minério de ferro (-15,2%) compensados

cada políticas de proteção ao açúcar, por meio de um sistema de tarifas proibitivas e cotas que limitam as exportações brasileiras para o mercado norte-americano a um volume que representa menos de 1% das exportações totais do Brasil”, diz a nota, assinada por ambas as entidades.

O posicionamento da Unica e da Bioenergia ocorre no momento em que o governo dos Estados Unidos vem propondo uma nova tarifa punitiva de 25% sobre as importações brasileiras, sob alegação de que algumas práticas do Brasil seriam desleais.

A justificativa para aplicar a medida é uma investigação, aberta em julho de 2025, pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) que concluiu que políticas e práticas brasileiras são “irrazoáveis” e “oneram ou restringem” o comér-

cio norte-americano.

A investigação avaliou práticas nas áreas de comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, como o Pix; concessão de tarifas preferenciais; proteção de propriedade intelectual; combate à corrupção; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

O USTR afirma que, nesses pontos, haveria prejuízo para empresas e exportações dos EUA e, como consequência, o Brasil poderia enfrentar punições.

Por meio de nota, as entidades brasileiras destacaram o papel estratégico do etanol brasileiro na agenda global de transição energética.

“O etanol brasileiro é reconhecido internacionalmente como uma das soluções mais eficientes para a descarbonização dos transportes, combinando baixa intensidade de carbono,

Importações

Em relação às importações, a alta está vinculada principalmente a veículos, cujas compras do exterior subiram US\$ 833,5 milhões em maio na comparação com o mesmo mês de 2025. Na divisão por categorias, os princi-

pais produtos são os seguintes:

Agropecuária: pescados (+38,1%); produtos hortícolas (+26,6%); e soja (+24,4%); Indústria extrativa: fertilizantes brutos (exceto adubos) (+68,4%); carvão não aglomerado (+59,8%); e linhita e turfa (+115,1%); Indústria de transformação: combustíveis (+45,2%); válvulas e tubos termiônicos (+49%); e automóveis de passageiros (+80,1%).

Projeções

Para este ano, o MDIC projeta superávit comercial de US\$ 72,1 bilhões, alta de 5,9% em relação ao resultado positivo de US\$ 68,1 bilhões em 2025.

Segundo o MDIC, as exportações deverão encerrar o ano em US\$ 364,2 bilhões, alta de 4,6% em relação a 2025. As importações deverão chegar a US\$ 280,2 bilhões em 2026, aumento de 4,2% na comparação com o ano passado.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o MDIC, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em julho. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US\$ 98,9 bilhões.

As estimativas do MDIC estão menos otimistas que a das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano com superávit de US\$ 76,2 bilhões, projeção que subiu após o início da guerra no Oriente Médio. (Agência Brasil)

Entidades rebatem governo dos EUA sobre política tarifária do etanol

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) e a Bioenergia Brasil se pronunciaram sobre os questionamentos feitos pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) em relação ao acesso do etanol estadunidense ao mercado brasileiro.

Por meio de nota, as duas entidades reforçaram que a tarifa que é aplicada pelo Brasil ao etanol importado não é direcionada exclusivamente aos Estados Unidos, mas segue as regras determinadas pela Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Segundo as entidades, o governo dos Estados Unidos mantém, há décadas, políticas de proteção ao açúcar, que restringe o acesso do açúcar brasileiro ao mercado estadunidense.

“Cabe ainda ressaltar que os Estados Unidos mantêm há dé-

cade políticas de proteção ao açúcar, por meio de um sistema de tarifas proibitivas e cotas que limitam as exportações brasileiras para o mercado norte-americano a um volume que representa menos de 1% das exportações totais do Brasil”, diz a nota, assinada por ambas as entidades.

O posicionamento da Unica e da Bioenergia ocorre no momento em que o governo dos Estados Unidos vem propondo uma nova tarifa punitiva de 25% sobre as importações brasileiras, sob alegação de que algumas práticas do Brasil seriam desleais.

A justificativa para aplicar a medida é uma investigação, aberta em julho de 2025, pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) que concluiu que políticas e práticas brasileiras são “irrazoáveis” e “oneram ou restringem” o comér-

cio norte-americano.

A investigação avaliou práticas nas áreas de comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, como o Pix; concessão de tarifas preferenciais; proteção de propriedade intelectual; combate à corrupção; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

O USTR afirma que, nesses pontos, haveria prejuízo para empresas e exportações dos EUA e, como consequência, o Brasil poderia enfrentar punições.

Por meio de nota, as entidades brasileiras destacaram o papel estratégico do etanol brasileiro na agenda global de transição energética.

“O etanol brasileiro é reconhecido internacionalmente como uma das soluções mais eficientes para a descarbonização dos transportes, combinando baixa intensidade de carbono,

especial, mas depois passou a atuar em uma área sem prejuízo à saúde podia converter o tempo de contribuição especial em comum. Para isso, foi criada uma tabela. O cidadão multiplica o tempo em que atuou em atividade especial pelo fator de conversão, conforme o risco.

Com a mudança, a conversão de tempo especial em comum aplica-se somente ao trabalho exercido até 13 de novembro de 2019. Os anos trabalhados em atividade especial após a reforma serão contados como tempo de trabalho comum se o segurado se aposentar por tempo de contribuição.

No ponto sobre o cálculo, a aposentadoria especial era integral, ou seja, pagava 100% da média salarial feita com os 80% maiores salários desde 1994 - os 20% menores contribuições eram descontadas.

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

“A Unica e a Bioenergia Brasil reafirmam a confiança de que o governo brasileiro seguirá conduzindo esse processo com responsabilidade, firmeza e competência diplomática, em defesa dos interesses estratégicos do país”, disseram. (Agência Brasil)

STF derruba idade mínima para aposentadoria especial de trabalhadores expostos a insalubridade

O STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou na quarta-feira (3) a idade mínima fixada pela reforma da Previdência de 2019 para a aposentadoria especial de trabalhadores expostos a atividades nocivas à saúde. Para os ministros, a regra contraria a própria premissa da proteção a esses empregados.

A decisão teve os votos de André Mendonça, que abriu a corrente vencedora, além de Kassio Nunes Marques, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, o presidente Luiz Edson Fachin e a ministra aposentada Rosa Weber.

O caso começou em plenário virtual e teve pedido de vista de Mendonça em 2024. O relator, ministro aposentado Luis Roberto Barroso, votou para rejeitar integralmente o pedido feito pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria).

Segundo a entidade, a reforma de 2019 promoveu mudanças que violaram princípios constitucionais ligados à proteção do trabalho, à dignidade da pessoa humana e ao direito à seguridade social, incluindo o trecho da idade mínima para trabalhadores em atividades de risco.

A linha que terminou vencida, composta por Barroso, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Luiz Fux, entendia que a reforma foi uma opção legítima do Congresso Nacional.

Na retomada da análise, nesta quarta, Mendonça afirmou que o Parlamento criou uma exigência excessiva. Ainda, que a regra criou um cenário de injustiça.

“A norma cria situação de completa injustiça e coloca o trabalhador a permanecer numa situação que o leva senão a óbito a uma situação de saúde prejudicial por toda a vida. A regra inviabiliza a própria essência da proteção”, afirmou.

“No legítimo afã de corrigir as incongruências, entendo que o constituinte reformador avançou demasiadamente na direção oposta, instituindo um regime exageradamente rígido em desfavor dos trabalhadores potencialmente sujeitos à concessão dessa modalidade, culminando assim por fixar regra que se mostra, a meu ver, incompatível com a própria razão de ser do tratamento diferenciado conferido aos trabalhadores expostos a esses agentes nocivos”, disse.

Antes da reforma, os trabalhadores que atuavam em áreas consideradas como de baixo risco (como profissionais da saúde, químicos, serralheiros, vigilantes, entre outros) precisavam contribuir por 25 anos de trabalho nesses setores e podiam se aposentar com qualquer idade. Os demais, em atividades como mineiros de subsolo ou exposto a amianto, precisavam de 20 anos de contribuição e, no caso do mineiro de subsolo, 15 anos.

Agora, há duas possibilidades de aposentadoria. Para quem já estava no mercado de trabalho, é preciso atingir uma pontuação mínima, que combina a idade com o tempo de contribuição. Já para o trabalhador que entrou no mercado após 13 de novembro de 2019, a aposentadoria só é possível após completar idade mínima e tempo mínimo de contribuição.

No mesmo julgamento, o colegiado também manteve válidas as previsões sobre a vedação da conversão de tempo especial em comum e a nova forma de cálculo da aposentadoria especial.

Antes da reforma da Previdência, o profissional que trabalhava parte da vida sob condição

de tempo especial em comum aplica-se somente ao trabalho exercido até 13 de novembro de 2019. Os anos trabalhados em atividade especial após a reforma serão contados como tempo de trabalho comum se o segurado se aposentar por tempo de contribuição.

No ponto sobre o cálculo, a aposentadoria especial era integral, ou seja, pagava 100% da média salarial feita com os 80% maiores salários desde 1994 - os 20% menores contribuições eram descontadas.

A partir de 2019, é feita uma média dos anos salários desde julho de 1994 ou desde quando o trabalhador começou a contribuir com o INSS. Depois, é aplicado o cálculo, que depende de 60% da média salarial e varia conforme o tempo de contribuição. Cada ano extra além do mínimo exigido garante 2% a mais no cálculo. (Folhapress)

NEXA DIGITAL ASSETS S.A.

CNPJ nº 15.230.100/01-05 - NIRE: 333004517

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2026

Data: 16/05/2026. Hora: 14:00:00. Local: Rua Vinte e Nove de Abril, nº 1.001-14, Jd. Vila Olímpia, São Paulo, SP. O Presidente da Sociedade convocou, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da prestação de titulação dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Rui Miguel Alvaro Marques; Secretário: Antônio Campagna Junior. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Antônio Campagna Junior - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO

referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 983.578 em 13 de janeiro de 2026, a requerimento de JOSE RICARDO ALVES DE LIMA, qualificado na ata notarial de usucapição lavrada em 02/08/2026, páginas 087, representada pelo seu advogado D. Pablo Emanuel Santos Gonçalves, OAB/SP nº 401.735, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, ex-cônjuges, herdeiros e outros sucessores, que, em virtude da ausência de oposição, o ato de usucapião, nos termos do artigo 1.071 da Lei nº 6.404/76, produzirá efeitos a partir de 20/05/2026, no endereço: Rua do CNI, visando a declaração de domínio sobre o imóvel, situado na Rua Acarapá nº 89, área do terreno de 133,74m², e com uma área construída de 132,33m² de acordo com o laudo técnico produzido pelo engenheiro Thomaz de Oliveira Castardelli, CREA: 5063709545, devidamente registrado no Conselho de Engenharia nº 001.14-9, transcrito sob nº 1.578, do 1º Registro de Imóveis desta Capital, constando como titular de domínio JOÃO DE BARROS e sua mulher JUDITH DE BARROS, estando a requerente exercendo a posse contínua, ininterrupta, mansa e pacífica, desde aquisição em 1931. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supracitados interessados no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, sob pena de arrematação-se os bens como verdadeiros os fatos articulados pelos autos, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º da Lei nº 6.404/76, em 14/12/2021, com alteração promovida pelo Provimento 149/2023 da CNJ, sendo o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de maio de 2026.

De acordo
RICARDO NAHAT
Oficial

Bradescard Eio Participações S.A.

CNPJ nº 09.228.810/0001-00 - NIRE: 35.300.349.415

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária

Em 29 de maio de 2026, às 17h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, nº andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinícius Panaro. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Vinícius Panaro - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 74.014.747/0001-35 - NIRE: 35.300.504.263

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária

Data: 04/05/2026. Hora: 14:00:00. Local: Rua Vinte e Nove de Abril, nº 1.001-14, Jd. Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 06043-011. **Mesa:** Presidente: Rui Miguel Alvaro Marques; Secretário: Antônio Campagna Junior. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Antônio Campagna Junior - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

As empresas afetadas pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos ou pelos impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio terão mais facilidade para aderir ao Plano Brasil Soberano. O governo federal reduziu 5% para 1% o percentual mínimo de impacto no faturamento exigido para que empresas possam pedir linhas de crédito do programa.

A mudança foi oficializada na quarta-feira (3) por meio de portaria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). As novas regras passam a valer a partir da próxima segunda-feira (8).

Com a medida, empresas exportadoras e fornecedores afetados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos ou pelos impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio poderão acessar os financiamentos mesmo com parcelas menores de receita.

A ampliação beneficia dos grupos 1 e 3 do Plano Brasil Soberano: Exportadores de bens industriais e fornecedores afetados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos (grupo 1); Exportadores industriais e fornecedores com operações em países do Oriente Médio impactados pelos conflitos na região (grupo 2). Para ter acesso ao crédito, as empresas desses grupos precisarão comprovar que as exportações representaram ao menos 1% do faturamento bruto no período de referência. Antes, o limite mínimo exigido era de 5%.

No caso do grupo 1, as perdas no faturamento deverão ser comparadas com os 12 meses de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Para o grupo 3, a apuração deve ser comparada com os 12 meses de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Entre os setores contemplados pelo primeiro grupo estão: Aço; Cobre; Alumínio; Automotivos; Moveleiro.

Proteção econômica

Em nota, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, afirmou que a medida busca proteger empresas e empregos diante das instabilidades internacionais. Na mesma nota, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou que a ampliação atende a uma demanda de exportadores que vinham sendo afetados mesmo sem atingir o antigo limite de 5% de perda no faturamento.

De acordo com o banco:

RS 6,7 bilhões foram pedidos

FALCIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92, item 9º da Lei da Norma da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunico-se a quem tenha interesse que um dos bens do patrimônio do falecido, grupo étnico preto, 67 anos, não como MARCELO FALCIMENTO, filho de MARIA DA LUZ MENDES FALCIMENTO, nascido em 22 de outubro de 1972, natural de São Paulo, em virtude de seu falecimento ocorrido em 22 de maio de 2026, em decorrência de acidente de trânsito, para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no HOSPITAL DA SANTA CASA DE SÃO PAULO, RUA ISABEL SCHMIDT, nº 900, Bairro LIMÃO, na Capital de São Paulo, em 23/05/2026, às 14:30 horas, com o médico responsável sendo o Dr. Thiago Ranzani da Costa, de 21 e 28 anos, no telefone nº (11) 237.9110, e 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no 2º Cartório de Registro Civil de São Antonio - da Comarca da Capital de São Paulo. Declaração de óbito: 34522007-2.

FALCIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92, item 9º da Lei da Norma da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunico-se a quem possa ter interesse que um cadáver, até o presente não reclamado, grupo étnico preto, 60 anos, sob o nome de RONALDO JOSE BORN, filho de JULIA PERNANDA BORN, nascido em 26 de fevereiro de 1966, natural de Quirinópolis - GO, em virtude de seu falecimento ocorrido em 22 de maio de 2026, em decorrência de acidente de trânsito, para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no HOSPITAL DE LAÍLA NOVA CAÇHEIRINHA, AV. GETÚLIO VILGAS, nº 100, Bairro LIMÃO, na Capital de São Paulo, em 23/05/2026, às 14:30 horas, com o médico responsável sendo o Dr. Thiago Ranzani da Costa, de 21 e 28 anos, no telefone nº (11) 237.9110, e 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no 2º Cartório de Registro Civil de São Antonio - da Comarca da Capital de São Paulo. Declaração de óbito: 34522007-2.

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº 140557-58.2023.8.2.0002. Classe: Ação: Procedimento Comum Civil - Causa: RESCISÓRIA DE CONTRATO. Requerente: Carlos Eduardo da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO PARA O PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 140557-58.2023.8.2.0002. OJAI MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Civil do Foro Regional - São Paulo, Estado de São Paulo, Dr(a). Rafael Sanches Pinheiro, na forma da Lei: FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, ex-cônjuges, herdeiros e outros sucessores, que, em virtude da ausência de oposição, o ato de usucapião, nos termos do artigo 1.071 da Lei nº 6.404/76, produzirá efeitos a partir de 20/05/2026, no endereço: Rua do CNI, visando a declaração de domínio sobre o imóvel, situado na Rua Acarapá nº 89, área do terreno de 133,74m², e com uma área construída de 132,33m² de acordo com o laudo técnico produzido pelo engenheiro Thomaz de Oliveira Castardelli, CREA: 5063709545, devidamente registrado no Conselho de Engenharia nº 001.14-9, transcrito sob nº 1.578, do 1º Registro de Imóveis desta Capital, constando como titular de domínio JOÃO DE BARROS e sua mulher JUDITH DE BARROS, estando a requerente exercendo a posse contínua, ininterrupta, mansa e pacífica, desde aquisição em 1931. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supracitados interessados no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, sob pena de arrematação-se os bens como verdadeiros os fatos articulados pelos autos, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º da Lei nº 6.404/76, em 14/12/2021, com alteração promovida pelo Provimento 149/2023 da CNJ, sendo o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de maio de 2026.

IMPACTA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 07.682.830/0001-07 - NIRE: 33.300.932.233

RESUMO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Em 25/03/2026, às 10h, na sede social do Impacta/SP, realizou-se AGE com dispensa de convocatória nos termos do art. 124, §4º e art. 133, §5º da Lei nº 6.404/76, presente acionista representado a totalidade do capital social. **Mesa:** Paulo Eder Heber, Presidente e Perceval Froehlicher - Secretário. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Antônio Campagna Junior - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.830/0001-07 - NIRE: 33.300.932.233 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REALIZAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026

Data: 13/05/2026. Hora: 14:00:00. Local: Rua Vinte e Nove de Abril, nº 1.001-14, Jd. Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 06043-011. **Mesa:** Presidente: Rui Miguel Alvaro Marques; Secretário: Vinícius Panaro. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Vinícius Panaro - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

Valores S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 61.855.045/0001-32 - NIRE: 35.300.051.943

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária

Data: 04/05/2026. Hora: 14:00:00. Local: Rua Vinte e Nove de Abril, nº 1.001-14, Jd. Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 06043-011. **Mesa:** Presidente: Rui Miguel Alvaro Marques; Secretário: Vinícius Panaro. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Vinícius Panaro - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - EXPEDIDO COM PRAZO DE 20 DIAS, NO PROCESSO Nº 114437-83.2022.26.9100 (OJAI MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Civil do Foro Central - Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA DA ROCHA JUNIOR, em virtude de seu falecimento ocorrido em 22 de maio de 2026, em decorrência de acidente de trânsito, para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no HOSPITAL DA SANTA CASA DE SÃO PAULO, RUA ISABEL SCHMIDT, nº 900, Bairro LIMÃO, na Capital de São Paulo, em 23/05/2026, às 14:30 horas, com o médico responsável sendo o Dr. Thiago Ranzani da Costa, de 21 e 28 anos, no telefone nº (11) 237.9110, e 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no 2º Cartório de Registro Civil de São Antonio - da Comarca da Capital de São Paulo. Declaração de óbito: 34522007-2.

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 - NIRE: 35.300.138.787

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 12 de junho de 2026, às 10h, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, a fim de eleger membro para compor a Diretoria da Sociedade. **Documento a Disposição dos Acionistas:** todos os documentos necessários para a convocação e a realização da Assembleia Geral Extraordinária do Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. São Paulo, SP, 3 de junho de 2026.

Roberto de Jesus Paris
Sua Diretor Geral

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO BRADESCO S/A, a todos que o presente edital vier a interessar possa que, ANTONIO CARLOS DAIDONE, empossado nº 330.800-5, devidamente registrado no Conselho de Engenharia nº 001.14-9, transcrito sob nº 1.578, do 1º Registro de Imóveis desta Capital, constando como titular de domínio JOÃO DE BARROS e sua mulher JUDITH DE BARROS, estando a requerente exercendo a posse contínua, ininterrupta, mansa e pacífica, desde aquisição em 1931. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supracitados interessados no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, sob pena de arrematação-se os bens como verdadeiros os fatos articulados pelos autos, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º da Lei nº 6.404/76, em 14/12/2021, com alteração promovida pelo Provimento 149/2023 da CNJ, sendo o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de maio de 2026.

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ nº 01.701.201/0001-89 - NIRE: 35.300.506.426

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária

Data: 04/05/2026. Hora: 14:00:00. Local: Rua Vinte e Nove de Abril, nº 1.001-14, Jd. Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 06043-011. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinícius Panaro. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Quorum de Administração e Demonstrações Contábeis da Sociedade:** relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social findo em 31.12.2025, no valor de R\$17.829.818,85 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$12.200.100,00 (doze milhões, duzentos e oito reais e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estabilizada"; e R\$5.629.718,85 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado o presente ato e assinou a cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ata:** Vinícius Panaro - Secretário. **Certidão:** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. **Marina Centurion Dardari** - Secretária Geral.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

enp **ANU** **abra** **adiorus**

Linhas disponíveis

O Plano Brasil Soberano oferece financiamento para: Capital de giro; Produção destinada à exportação; Aquisição de máquinas e equipamentos; Ampliação da capacidade produtiva; Inovação tecnológica; Adaptação de produtos, serviços e processos. (Agentes Brasília)

Entre eles estão: Têxtil; Químico; Farmacêutico; Automotivo; Máquinas e equipamentos; Eletrônicos e informática; Borracha e plástico; Equipamentos de transporte; Minerais críticos.

Como pedir o crédito

As empresas dos grupos 1 e 3 já podem consultar a elegibilidade por meio da plataforma Gov.br, utilizando certificação digital.

Já as empresas do segundo grupo devem verificar se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) está entre os contemplados pela regulamentação.

Linhas disponíveis

O Plano Brasil Soberano oferece financiamento para: Capital de giro; Produção destinada à exportação; Aquisição de máquinas e equipamentos; Ampliação da capacidade produtiva; Inovação tecnológica; Adaptação de produtos, serviços e processos. (Agentes Brasília)

Entre eles estão: Têxtil; Químico; Farmacêutico; Automotivo; Máquinas e equipamentos; Eletrônicos e informática; Borracha e plástico; Equipamentos de transporte; Minerais críticos.

Ata: Vinícius Panaro - Secretário. Certidão: - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão e registro sob o número 21.25.026/26, em 22.05.2026. Marina Centurion Dardari - Secretária Geral.

Infraero e Inframérica estimam 400 mil passageiros no Corpus Christi

STF libera julgamento do processo contra Eduardo Bolsonaro



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento a ação penal em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é réu pela acusação de promover o tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras. A data da análise do caso ainda não foi definida.

O caso será julgado pela Primeira Turma da Corte, que também é formada pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, além de Moraes, relator do processo.

Em novembro do ano passado, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Ele responde pelo crime de coação no curso do processo.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Antes de liberar o caso para julgamento, Alexandre de Mo-

raes determinou a notificação do ex-deputado por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular.

Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa fosse realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

Nas alegações finais apresentadas ao Supremo, órgão defendeu a anulação do processo e disse que Moraes não pode julgar o caso poder ter sido vítima do cancelamento de vistos e das sanções financeiras oriundas da Lei Magnitsky.

"Aqui o Julgador é, ao mesmo tempo, a principal vítima das condutas que é chamado a julgar", disse a DPU.

De acordo com a acusação feita pela PGR, Eduardo fomentou as ações dos Estados Unidos para tentar impedir o Supremo de condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro no processo da trama golpista.

"Comprovou-se que o réu deliberadamente se utilizou de graves ameaças contra as autoridades responsáveis pelo julgamento da AP 2.668, algumas concretizadas, a fim de favorecer o interesse de seu pai, livrando-o de qualquer responsabilização criminal", argumentou a procuradoria. (Agência Brasil)

Adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola vai até 10 de junho



O Ministério da Educação (MEC) prorrogou até 10 de junho o prazo de adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade) por gestores e representantes de redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal. O prazo inicial terminaria na quarta-feira (3).

O procedimento de adesão deve ser feito pelo gestor escolar, pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

A iniciativa destina recursos financeiros extras para as escolas públicas de educação básica, com o objetivo de promover a melhoria das condições de oferta, da infraestrutura e da qualidade do ensino em contextos de maior vulnerabilidade social e educacional.

Em 2026, o PDDE Equidade contará com investimento de cerca de R\$ 378,2 milhões, que serão distribuídos para aproximadamente 30 mil escolas públicas.

O programa é uma iniciativa do MEC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Regulamentado pela Resolução nº 8, de 7 de maio de 2026, o PDDE Equidade tem como objetivo fortalecer a equidade educacional nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Esclarecimentos

Para orientar as redes de ensino no processo de adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade), a equipe do MEC realizou, na terça-feira (2), um tira-dúvidas pelo canal do MEC no Youtube. (Agência Brasil)

Aeroportos administrados pelas empresas Infraero e Inframérica projetam uma movimentação total de quase 400 mil passageiros durante o feriado prolongado de Corpus Christi.

A concessionária Inframérica prevê que o Aeroporto de Brasília receba cerca de 272 mil passageiros entre os dias 3 e 8 de junho. O período marca o último feriado prolongado do primeiro semestre.

Voos extras

Estão programados 1.885 pousos e decolagens no aeroporto da capital federal, incluindo 41 voos extras para atender ao aumento da demanda. Entre os destinos mais procurados a partir de Brasília estão: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

A Inframérica chama atenção para a nova rota direta para a cidade de Campina Grande, na Paraíba, destino muito procurado neste período do ano por causas



das festas juninas.

No segmento internacional, a expectativa é de cerca de 13 mil passageiros distribuídos em aproximadamente 91 voos, com ligações para nove destinos no exterior.

Infraero

Já a rede Infraero projeta um total de 116 mil passageiros passando por seus mais de 30 aeroportos. A estatal tem como prin-

cipal ativo o aeroporto de Santos Dumont, no Rio. Estão previstos 970 voos na rede administrada pela Infraero.

Se confirmado, o volume de passageiros será 9% maior do que o registrado no feriado de Corpus Christi de 2025.

O terminal carioca deve responder pela maior parte desse fluxo, movimentando 106,2 mil passageiros nos 860 voos previstos - o que representa cresci-

mento de 7% em relação ao ano passado.

Outros aeroportos da rede também devem registrar aumento no movimento, como Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, com 4,2 mil passageiros; Vale do Aço/Itatinga, em Minas Gerais, com 1,6 mil; e Dourados, no Mato Grosso do Sul, com cerca de 1,5 mil viajantes.

Orientações

As empresas orientam os passageiros a chegarem com antecedência aos aeroportos. A Inframérica recomenda duas horas para voos domésticos e três horas para internacionais no caso de Brasília.

A Infraero sugere antecedência mínima de uma hora e meia para voos nacionais.

No Santos Dumont e nos demais terminais da rede, a Infraero escalou equipes de apoio aos passageiros. Elas podem ser identificadas pelos coletes amarelos. (Agência Brasil)

MEC estende até dia 17 o prazo para redes de ensino aderirem à PND



O Ministério da Educação (MEC) prorrogou até 17 de junho o prazo de adesão voluntária para as redes de ensino interessadas em usar a Prova Nacional Docente (PND) para selecionar professores para a educação básica. O prazo original terminou no último domingo, 31 de maio.

A adesão formal deve ser feita exclusivamente pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

Para acesso ao sistema, é preciso fazer login com a senha da plataforma Gov.br cadastrada pelos secretários de Educação ou pelos dirigentes estaduais ou municipais.

A PND foi criada para apoiar as redes públicas na contratação de docentes e contribuir para a qualificação do ingresso na carreira do magistério, em todo o país.

O exame pode substituir provas objetivas e discursivas da se-

leções para professores da educação básica feitas pelas redes de ensino.

Adesão permanente

As redes municipais, estaduais e do Distrito Federal que já formalizaram a adesão à PND, em 2025, deverão manifestar o interesse novamente em usar a nota da PND, por meio do mesmo sistema oficial do MEC, respeitando o novo prazo. No ano passado, 1.508 municípios e 22 estados aderiram à PND.

Em abril, o Ministério da Educação anunciou que a adesão dos entes federados ao exame, a partir de 2026, passa a ser por prazo indeterminado.

O MEC destaca que a adesão poderá ser cancelada, se o gestor local de educação desejar. A solicitação de cancelamento também deverá ser feita pelo Simec.

Para guiar os gestores locais, o MEC disponibilizou um passo

a passo, desde o acesso ao sistema até o preenchimento do termo de adesão.

Após 17 de junho, o Ministério da Educação divulgará a lista dos estados e dos municípios que aderiram à prova de 2026 e também dos que renovaram o interesse pela prova.

Assim, os professores interessados nos processos seletivos terão conhecimento prévio de quais entes federados poderão aproveitar a nota da PND.

A previsão é que a publicação saia no Diário Oficial da União e na página eletrônica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em junho, antes do período de inscrições dos participantes na edição anual da PND, que será iniciado em 22 de junho.

A prova será realizada em 20 de setembro pelo Inep. Os resultados finais da PND 2026 serão conhecidos 15 de dezembro.

Aprova

A PND é a mesma avaliação teórica do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas, aplicada de forma descentralizada em todas as 27 unidades da Federação.

Também chamada de "Enem dos Professores", a prova é estruturada em dois blocos de questões: o de formação geral docente e o de componentes específicos.

O primeiro bloco traz 30 perguntas objetivas e mais uma dis-

curativa, que avalia competências pedagógicas, compreensão de temas da realidade brasileira e mundial, comunicação escrita e raciocínio lógico.

O segundo bloco tem 50 questões objetivas destinadas a avaliar as aprendizagens específicas em uma das 21 áreas de conhecimentos escolhida pelo candidato.

Enem dos Professores

A PND é realizada anualmente pelo Ministério da Educação em parceria com o Inep.

O exame nacional não substitui os processos seletivos promovidos pelas secretarias de Educação, mas pode ser adotado como etapa das provas objetiva e/ou discursiva.

A PND não é um concurso e não gera um banco de candidatos para a rede de ensino. Dessa forma, não é possível fazer uma consulta geral dos inscritos na PND ou obter uma lista de participantes. A rede de ensino só acessa as notas quando informa o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

Os resultados de cada edição do exame têm validade de três anos.

A prova integra as ações do Programa Mais Professores para o Brasil. A política visa fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério. (Agência Brasil)

Anvisa anuncia recolhimento voluntário de lote da água Crystal sem gás

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na quarta-feira (3) a Resolução 2.247/2026, na qual comunica o recolhimento voluntário do lote LZ1 VAL2001273 P 200126 da Água Mineral Natural sem Gás da marca Crystal.

O produto é fabricado pela Mineração Bom Jesus Ltda (CNPJ: 07.245.544/0001-62), localizada em Luziânia, em Goiás. A própria empresa determinou o recolhimento após laudo laboratorial constatar contaminação pela bactéria Pseudomonas.

O lote é composto por 374,4 mil garrafas de 500 ml e foi distribuído no Distrito Federal (230.443), em cidades vizinhas de Goiás (66.768), em Tocantins (1.439) e no interior de São Paulo (75.750). Ainda segundo a Mineração Bom Jesus, até o momento não há registro de reclamações de consumidores relacionadas a esse lote nos canais oficiais de atendimento.

O recolhimento voluntário está sendo feito "após a emissão de laudo do Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (Lacen-DF), que identificou a presença da bactéria Pseudomonas aeruginosa em amostra do produto coletada durante ação de rotina da Diretoria de Vigilância Sanitária do DF (Divisa/DF) para análise de alimentos". Segundo a empresa, a con-

traprova, que gerou o Laudo de Análise Fiscal Definitivo, foi realizado conforme "previsão do Guia para Harmonização de Procedimentos no Âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e o resultado confirmou a presença da bactéria na amostra analisada". Diante do resultado, a Divisa/DF determinou a interdição do local e comunicou o caso à Anvisa.

A Anvisa orienta os consumidores que verificarem sem-tém em casa unidades do lote LZ1 VAL 200127, fabricado em 20/1/2026 e com validade até 20/01/2027. "Caso tenham o produto em casa, não devem consumi-lo e precisam aguardar as orientações públicas da empresa sobre devolução e reembolso".

"De acordo com as informações apresentadas pela empresa à Anvisa, o recolhimento do produto foi iniciado imediatamente em distribuidoras, e cerca de 99,2% das unidades do lote já não estarão mais disponíveis nas prateleiras para compra pelo consumidor".

A Anvisa comunicou ainda que a Mineração Bom Jesus protocolou documentos junto à Agência no qual demonstra a abertura de "investigação interna abrangente para avaliar a ocorrência e suas possíveis causas. Representantes da empresa se reuniram com a Agência, prestando esclarecimentos e vêm coo-



perando com as autoridades sanitárias, adotando providências de forma diligente".

"A investigação sobre o caso segue em andamento, com acompanhamento da Anvisa e das vigilâncias sanitárias envolvidas. Até o momento, as informações disponíveis, incluindo o laudo fiscal e as evidências apresentadas, indicam ocorrência restrita ao lote informado", acrescentou.

A Mineração Bom Jesus informa, por meio de nota à imprensa, que o lote, envasado em janeiro, tem "distribuição restrita e foi comercializado apenas no Distrito Federal, em municípios específicos do Tocantins (Arraias, Combinado e Novo Alegre), de Goiás (Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Novo Gama, Valpa-

raiso de Goiás, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Cristalina, Formosa, Campos Belos, Alexânia, Abadânia e Catalão) e nas cidades de Sorocaba, Itapetininga, Itu, São Roque e Itatui (SP)".

Diz ainda que, desde a notificação da contaminação, foram feitas análises em mais de 300 amostras no processo e nos produtos, todas negativas para quaisquer microorganismos indicadores de contaminação.

A empresa reforça o "compromisso permanente com elevados padrões de qualidade e segurança, reconhecidos internacionalmente, e seguimos cooperando de forma técnica, responsável e transparente com as autoridades competentes".

Resalta que a comunicação se "refere exclusivamente ao lote mencionado, envasado pela Mineração Bom Jesus (MBJ), não havendo qualquer relação com outros lotes ou produtos da marca Crystal". A fabricante orienta consumidores que eventualmente tenham unidades do lote P 200126 (leia-se embalagem LZ1 VAL 200127 3 P 200126) a contatarem o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) para orientações sobre substituição ou reembolso. O contato pode ser feito pelo telefone: 0800 061 5000 ou pelo e-mail contato@brasil.com.br.